

**A FAMÍLIA E TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA:
AUSÊNCIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E DETERIORAÇÃO DAS
CONDIÇÕES DE VIDA**

**CADERNO DE PESQUISA
Nº 47**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

2000

LILIA MONTALI

Texto publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais. ANPOCS. numero 42. fevereiro de 2000. (Apresentado no Encontro ANPOCS- outubro/98 e selecionado para publicação)

Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida

A reestruturação produtiva intensificou-se a partir de 1990 na Região Metropolitana de São Paulo e teve por principais conseqüências, até 1994, o aumento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, mudanças na inserção dos diferentes componentes da família no mercado de trabalho e deterioração da renda familiar. A não expansão das oportunidades de trabalho levou a que, para enfrentar esse momento de desemprego dos principais mantenedores da família, ocorressem rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho que se diferenciam segundo os tipos de família construídos com base em sua estruturação e momentos do ciclo vital familiar. Um dos temas privilegiados no estudo são as alterações da relação família-trabalho relacionadas às atuais transformações das atividades econômicas e as possíveis conseqüências destas na mudança das relações hierárquicas na família ¹.

A crescente precarização das relações de trabalho, bem como a deterioração da renda familiar - interrompida no período inicial do plano de estabilização (1995) e que volta a ocorrer em 1998 ² -, associada à acentuação das elevadas taxas de desemprego nesta região metropolitana desde meados de 1997, trazem com mais força as indagações feitas por Bruno Lautier sobre os limites da atuação da família como "um amortecedor da crise" (Lautier, 1995). Seu artigo discute o papel da família como amortecedor da crise na Europa, nos países da América Latina e África. A questão levantada por Lautier e que merece atenção, é saber, como conseqüência das políticas de ajuste, a partir de que momento a família cessará de preencher todos os papéis que já substitui muito imperfeitamente, dentre eles atenuar as carências do Estado em relação às políticas sociais e acolher os desempregados mais ou menos socialmente invisíveis. Seu temor é

1 Este trabalho apresenta resultados de um projeto de pesquisa de mais longo prazo sobre os anos 90: "Projeto: Família, Trabalho e Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo: Um estudo da mudança na família e na relação família-trabalho no contexto da transformação das atividades econômicas", financiado pelo CNPq e desenvolvido junto ao NEPP/UNICAMP. Os resultados aqui apresentados foram extraídos de Montali, L., 1998 a. A continuidade do estudo inclui os anos de 1997 e 1998, nos quais se experimenta o aprofundamento do desemprego.

2 Estudo do IPEA mostra redução de 5,1% entre os meses de janeiro e maio de 1998, do rendimento médio das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife (Folha de São Paulo 27/08/1998, "Renda pára de crescer e cai pela primeira vez no Real"). A Pesquisa de Emprego e Desemprego – SEADE, mostra que a renda familiar per capita da Região Metropolitana de São Paulo, que se manteve em R\$ 519,00 entre 1996 e 1997, cai para R\$ 501,00 em 1998.

que, eficiente nesse papel nos anos 70, a família perde gradativamente nos últimos anos a possibilidade de ser um amortecedor da crise, em consequência da adequação das economias latino-americanas aos modelos impostos. Aponta que a redução dos salários e das aposentadorias de um lado, e de outro, a redução dos investimentos em políticas sociais pelo Estado e a redução de pessoas cobertas pelo seguro social, "podem atuar de tal sorte, que o desmantelamento das políticas sociais acelerará em espiral cumulativa a decomposição das estruturas familiares" (Idem, p.28). Sinais destes limites já estão dados na Grande São Paulo com o empobrecimento crescente das famílias, o crescimento do número de "meninos de rua", bem como de moradores adultos de rua e o aumento da violência, correspondendo às previsões de Lautier.

Pesquisa no período da crise do início dos anos 80 (Montali, 1995) confirma para aquele momento relativo sucesso no papel de amortecedor da crise exercido pelas famílias, apesar do aumento do desemprego e da redução dos rendimentos familiares. O estudo que se estende até o final dos anos 90 possibilitará responder sobre a continuidade do papel da família como um amortecedor nas conjunturas de crise e de ajustamentos econômicos. Os resultados da análise do período 1990-1994 evidenciam, por um lado, a capacidade de as famílias se reorganizarem em sua inserção no mercado de trabalho frente às mudanças nos padrões de incorporação da força de trabalho e às restrições diferenciadas para inserção no encontradas pelos membros da família. Mostram, por outro lado, para as famílias da Região Metropolitana de São Paulo, que os rearranjos de inserção no mercado de trabalho realizados nos diferentes tipos de família no contexto da reestruturação produtiva e numa conjuntura inflacionária, não conseguiram manter os níveis de rendimentos familiares³. Dessa maneira, em 1990, 39% das famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza e, em 1994, 48% delas⁴ eram consideradas pobres, ou seja, não dispunham de rendimentos suficientes para suprir sua necessidade de bens e serviços.

3 O referencial empírico para as análises é a Pesquisa de Condições de Vida realizada pela Fundação SEADE em dois anos do início da década: 1990, caracterizado como o início de um novo período recessivo (1990-1992), e 1994, ano de recuperação econômica sob a vigência da reestruturação produtiva, ambos momentos de elevados níveis de desemprego e com indícios de empobrecimento para a população da Região.

4 Utilizou-se a linha de pobreza adotada pela PCV-SEADE (Pesquisa de Condições de Vida), base de dados empíricos deste estudo. A linha de pobreza "equivale ao montante necessário para atender a estrutura de despesas de famílias com rendimento entre um e três salários mínimos, calculada pela Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego na RMSP, realizada pelo DIEESE entre 1982 e 1983" Brandão e Jannuzzi, 1995.

A ausência de políticas de emprego formuladas para enfrentar a modificação nas formas de produção e de gerenciamento no período 1990-1994, a não ser o apoio temporário ao desempregado através do Seguro-Desemprego, a intenção de implementar políticas de emprego esboçadas apenas a partir de julho de 1995 (Azeredo e Ramos, 1995) e o pequeno alcance das mesmas até 1998 (Presidência da República. Home Page Brasil em Ação, 1998), têm tornado evidente que os trabalhadores estão, até este momento, entregues aos mecanismos de incorporação da força de trabalho regidos pelas necessidades e conveniências do capital. Mesmo o movimento sindical tem tido pouco êxito no sentido de impedir o desemprego e a precarização das formas de inserção no mercado de trabalho.

1. Tendências do mercado de trabalho nos anos 90

Uma das principais questões que se pretende responder é como as transformações recentes da economia e seus reflexos no mercado de trabalho se manifestam nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, as possíveis conseqüências destas na mudança das relações hierárquicas e nas condições de sobrevivência das famílias. Nesse processo destacam-se as respostas do mercado de trabalho aos momentos de recessão e expansão, bem como ao ajuste das empresas aos requisitos das novas formas de gestão e de produção realizado para garantir a competitividade, frente à abertura da economia a partir de 1990.

Algumas tendências do mercado de trabalho nos anos 90 já se faziam presentes na década de 80. Nesta última década eleva-se o nível de desemprego, cresce a informalização do trabalho, ou seja, é tendencialmente menor a parcela dos ocupados que se inserem no mercado através de emprego regular e regulamentado (Pochmann, 1997; Baltar, 1996), ocorre a redução do assalariamento e a redução do emprego industrial. Essas tendências além de serem resultantes de mudanças introduzidas com a reestruturação produtiva, refletem, por outro lado, a dinâmica do nível de atividade da economia nacional que, ao oscilar ao longo das duas últimas décadas, repercutiu negativamente sobre nível geral de emprego. Pochmann (1997) identifica cinco diferentes oscilações no nível de atividade da economia nacional, onde sucederam-se fases de recessão (1981/83 e 1990/92), de desaceleração (1987/89) e de recuperação do produto

interno bruto (1984/86 e 1993/96). Tais oscilações, segundo este, caracterizam os últimos 16 anos como de elevada instabilidade monetária, incertezas nas decisões empresariais e múltiplas inseguranças aos trabalhadores.

Por outro lado, para um determinado grupo de autores⁵ o desemprego elevado e a precarização das relações de trabalho resultam da orientação da política macroeconômica e não apontam para a construção de um modelo de crescimento sustentado, como é considerado por outros. "Os efeitos combinados, a partir de 1990, de políticas recessivas, de desregulação e redução do papel do Estado, de abertura comercial abrupta, de taxas de juros elevadas e de apreciação cambial seriam responsáveis pela montagem de um cenário desfavorável ao comportamento geral do emprego nacional" (Pochmann, 1997:7).

Partilhando da mesma opinião, Dedeca (1996) em sua análise sobre o mercado de trabalho brasileiro afirma que a reorientação da política econômica, ao promover um processo de abertura da economia brasileira e ao induzir um movimento generalizado de racionalização econômica no país, tem representado uma ruptura com o padrão dominante até o final da década de 80. Segundo sua interpretação, até os anos 70 a indústria de transformação e a construção civil dinamizaram fortemente o mercado de trabalho urbano. Já nos anos 80, a proteção externa garantiu um movimento lento de reorganização produtiva e defendeu o emprego industrial, ao mesmo tempo em que uma expansão dos serviços públicos sociais e os serviços produtivos e voltados para o consumo de alta renda sustentaram a estrutura ocupacional. Em movimento contrário, "a racionalização econômica dos anos 90 tem ferido violentamente a capacidade de geração e o nível de emprego dos diversos setores econômicos, levando a uma redução acentuada da dimensão ocupacional do trabalho assalariado protegido nos mercados urbanos e metropolitanos de trabalho" (Dedeca, 1996:60).

Em consequência desses processos o desemprego nos anos 90 tem assumido características específicas, atingindo mais pesadamente as atividades industriais, os ramos metal-mecânico, têxtil e vestuário, os postos de chefias intermediárias (provocado pelo "achatamento da estrutura hierárquica das empresas", Matesco, 1995), os empregos assalariados regulamentados e os trabalhadores menos qualificados. Os níveis de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, a região mais industrializada do país,

5 Dentre outros: Mattoso, J. e Baltar, P. (1996); Dedeca, C. S. (1996); Baltar, P. (1996); Pochmann, M. (1997); DIEESE (1994).

são, a partir de 1990, mais elevados do que os observados na segunda metade dos anos 80. Para indicar a gravidade do desemprego nessa região deve-se ressaltar que, a partir de 1992, as taxas de desemprego total registradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE, excetuando-se 1995 (1992: 15,5%; 1993: 16,1%; 1994: 15,3%; 1995: 13,5%; 1996: 15,9%; 1997: 15,9%)⁶, são bastante próximas daquelas verificadas no período recessivo de 1981 (16,0%) e 1983 (16,5%)⁷. A partir de maio de 1997 recrudescer o desemprego nesta região metropolitana, atingindo, em 1998 a média anual de 18,3%.

Resultados de pesquisa da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) mostram a continuidade da redução de postos de trabalho na indústria paulista. Entre junho de 1994 e janeiro de 1998 foram eliminados 401.347 empregos industriais. O mês de janeiro de 1998 é apontado pela pesquisa como o pior resultado desde agosto de 1996. Em janeiro desse ano a indústria paulista eliminou 27.856 postos de trabalho (Folha de São Paulo. 13/02/1998). No mês de junho de 1998 o número de empregados na indústria paulista foi inferior 5,3% em relação ao mesmo mês no ano de 1997. Outro indicador divulgado pela FIESP no final de julho, o INA (Indicador do Nível de Atividade), mostra a estabilização da atividade industrial nos meses de maio e junho em níveis inferiores (-6,2%) aos de outubro de 1997, anteriores ao desencadeamento da crise no sudeste asiático (Folha de São Paulo. 30/07/1998).

Além das tendências nacionais deve-se considerar que a Região Metropolitana de São Paulo vem passando por profundas transformações em suas atividades econômicas nos anos 80 e 90. A análise das transformações recentes nesta região metropolitana deve obrigatoriamente levar em conta processos relacionados: a desconcentração industrial, o desenvolvimento do terciário e a reestruturação produtiva⁸.

As transformações regionais associadas à instabilidade da economia nas duas últimas décadas, têm provocado, desde os anos 80, a redução do emprego industrial, o crescimento das ocupações ligadas ao terciário - quer sejam de caráter formal ou informal - e o progressivo empobrecimento da população. Estas definem, portanto, o atual perfil das

6 Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - SEADE/DIEESE, referentes ao trimestre fevereiro, março, abril, utilizados para permitir a comparação com os dados de pesquisa de 1981 e 1983 (DIEESE, PPVE). SEADE. Boletim PED 122. 1996 e SEADE. Home Page.

7 Dados DIEESE. PPVE (Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego) apud Montali, 1995. Os dados de 1981 referem-se ao período março/abril e os dados de 1983 ao período março/junho.

8 Maior detalhamento sobre as mudanças nas atividades econômicas e nas oportunidades de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo podem ser encontrados em Montali, 1998a e Montali, 1998b.

atividades econômicas da Região Metropolitana e as possibilidades de emprego, os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e as condições de vida da população.

2. Mudanças e permanências na relação família-trabalho

Este estudo sobre a primeira metade dos anos 90 é uma continuidade de nosso estudo anterior sobre a relação família-trabalho nos anos da crise econômica do início dos anos 80 (Montali, 1995). Dessa maneira, embora considerando o novo momento de reorganização das atividades produtivas e das tendências recentes de transformação da família, que são as referências empíricas deste estudo e que se articulam através do conceito de divisão sexual do trabalho, os conceitos básicos para a interpretação da realidade, bem como os cortes de análise adotados são os mesmos do primeiro estudo.

Isto significa levar em conta no estudo da relação família-trabalho conjuntamente as influências recíprocas da estruturação das atividades produtivas e da estruturação das famílias. Significa portanto tratar os achados de pesquisa como resultantes de uma complexa relação entre os determinantes econômicos e os determinantes culturais no acesso ao trabalho associados à família. A articulação entre a esfera da produção e as estruturas produtivas e a esfera da reprodução e as estruturas familiares é feita pela lógica da divisão sexual do trabalho vigente tanto no mercado de trabalho como na família (Barrère-Maurisson, 1992). Uma análise desta natureza não dissocia portanto a abordagem macro das relações internas da família. Por outro lado, a importância do conceito divisão sexual do trabalho na análise da mudança na relação família e trabalho, reside em possibilitar a articulação das duas dimensões que definem essa relação, superando análises que supõem determinações de uma esfera sobre outra⁹.

Dessa maneira, busca-se apreender a relação entre família e trabalho como "um ator reunificado que intervém ao mesmo tempo nas duas esferas" (Barrère-Maurisson, 1992: 28). Como a divisão do trabalho nas sociedades industriais opera "simultânea e indissolúvelmente nas duas instâncias", não é suficiente estudar os efeitos da vida profissional sobre a família e o inverso. É necessário tratá-las em conjunto, sob uma mesma lógica que atribui ao homem e à mulher seus lugares específicos nestas estruturas. Não se pode, assim, "dissociar o estudo do lugar dos homens e das mulheres na produção

9 Os conceitos aqui apresentados foram extraídos dos capítulos 1 e 2 (Montali, 1995).

de seu lugar na família. Estes se remetem sempre um ao outro" (Barrère-Maurisson, 1992: 30).

A construção teórica da relação família-trabalho e da divisão sexual do trabalho como elo de ligação entre as esferas produtiva e reprodutiva constitui uma importante referência teórica para esta análise¹⁰. Dessa perspectiva, é importante reter aspectos do momento conjuntural da economia, das transformações por que passa a família e também as características da relação homem-mulher predominante na sociedade, que define tanto as atribuições de ambos na família quanto as representações acerca de sua inserção no mercado de trabalho.

Indicações gerais acerca das mudanças que ocorrem nas atividades econômicas da Região Metropolitana de São Paulo foram apresentadas acima, No que se refere à família, pode-se mencionar transformações importantes ocorridas tanto em momento anterior, como nos anos 80. A expressiva queda dos níveis de fecundidade deu-se entre 1965 e 1975 no país como um todo. Mudanças significativas ocorreram também, a partir de então, nos padrões familiares tais como o crescimento das separações e das proporções de famílias monoparentais, especialmente aquelas encabeçadas por mulher.

Algumas das transformações na família que já se anunciavam nos anos 80, acentuaram-se na Região Metropolitana de São Paulo no início dos anos 90, tais como redução na proporção das famílias compostas por casais e filhos e crescimento das famílias nucleadas por "chefes de família" sem cônjuge, quer sejam masculinos ou femininos, embora a predominância dos últimos e o aumento de domicílios unipessoais (PNADs e Montali, 1998a).

O crescimento das famílias chefiadas por mulheres, refletem não apenas a transição demográfica e as alterações dos padrões de nupcialidade, mas um conjunto complexo de fenômenos, com destaque para aqueles que se explicitam através da articulação entre estruturas produtivas e estruturas familiares. Neste sentido, merecem menção as transformações da família que estão relacionadas aos novos papéis que a mulher vem assumindo na sociedade e à mudança de expectativas em relação a ela. Estas mudanças

10 Barrère-Maurisson (1992) constrói uma sociologia da relação trabalho-família redefinindo os instrumentos específicos (conceitos, métodos). Seu trabalho se inscreve numa corrente de pesquisas desenvolvidas na França desde os anos 70, voltadas para as transformações familiares e sua concomitância com as transformações do sistema produtivo e da relação com o trabalho, não estabelecendo determinações de uma esfera sobre a outra. Os estudos dessa corrente de pesquisa diferenciam-se em dois momentos: num

têm a ver com as posições conquistadas pela mulher no mercado de trabalho e com as oportunidades crescentes de absorção oferecidas por este, apesar da sexualização das ocupações. Ou seja, a atividade da mulher no mercado de trabalho permanece concentrada em determinadas atividades e setores (Bruschini, 1994), prevalecendo, entretanto, tanto nas regras do mercado para sua absorção, como nas escolhas individuais, a divisão sexual do trabalho definida pelas representações das atribuições da mulher em relação à família. Dessa maneira, o crescimento das famílias chefiadas por mulher verificado na Região Metropolitana de São Paulo são fenômenos que sem dúvida expressam as maiores possibilidades de autonomia da mulher para garantir sua subsistência. Não obstante a maior autonomia, importante parcela das famílias chefiadas por mulheres apresenta nível acentuado de pobreza ¹¹.

A disponibilidade dos diferentes componentes da família para o mercado de trabalho é, portanto diferenciada porque ao expressar a posição na família, expressa relações de hierarquia, relações de gênero e atribuições que tecem as relações familiares e que definem as possibilidades de inserção em atividades remuneradas. É, por outro lado, afetada pelo padrão de absorção da força de trabalho vigente no mercado, que, por sua vez define as possibilidades de emprego desses componentes.

O momento de crise entre 1981 e 1983, mostrou-se um momento importante para se estudar modificações na relação família e trabalho, especialmente quando analisada através da tipologia construída que tem por referência o ciclo vital das famílias (Montali, 1995). As análises da mobilização dos componentes da família nesse momento de crise mostraram a importância da mobilização dos filhos e especialmente das filhas e, também da mobilização da cônjuge, com maior ênfase em determinados tipos de família.

Além de nosso estudo, outros estudos sobre a década de 80 mostraram o crescimento da participação dos demais componentes da família no mercado de trabalho além do chefe. Estudos do IBGE (1995) mostram que na década de 80 cresce no país, o número de membros da família que trabalham, reduzindo-se assim a proporção de famílias em que apenas uma pessoa trabalha, de 46,8% em 1981 para 42,4% em 1989. Cresce, por outro lado, o percentual daquelas onde duas ou mais pessoas trabalham, passando de 44,3%

primeiro momento tratam da relação entre estruturas produtivas e estruturas familiares e, nos últimos tempos, da articulação entre estas.

11 Sobre análise das condições de vida das famílias chefiadas por mulheres no ano de 1990, ver SEADE, 1993.

das famílias em 1981, para 48,5% em 1989. Entre 1981 e 1989 as principais tendências em relação à inserção dos membros da família no mercado de trabalho observadas no Brasil apontam para o aumento do trabalho feminino, nele destacando-se o aumento da participação no trabalho das cônjuges, cujas taxas de atividade apresentaram crescimento da ordem de 33%, ao passarem de 27,4% em 1981 para 36,5% em 1989 (IBGE, 1995). Crescem também as taxas de atividade das filhas com mais de 18 anos (60,5% em 1981 e 65,3% em 1989) e das chefes femininas (46,5% em 1981 e 52% em 1989). As taxas de atividade masculinas apresentaram menor crescimento: os chefes homens praticamente

mantiveram suas taxas nesse período (87,9% em 1981 e 87,6% em 1989) e os filhos maiores de 18 anos apresentaram pequeno crescimento em suas taxas de atividade, passando de 85,6% em 1981 para 87,1% em 1989 (IBGE, 1995).

Constata-se ainda nas regiões metropolitanas do país, e com maior intensidade naquelas do Sudeste, o crescimento entre 1978 e 1986 das taxas de participação da família na força de trabalho, em função do aumento da participação da mulher-cônjuge e dos filhos (Jatobá, 1990).

Os estudos sobre a década de 80 confluíam assim para a tendência concomitante de redução do peso do chefe entre os ocupados da família e de crescimento da importância dos demais componentes da família. Estes e as tendências analisadas no momento recessivo de 1981-1983 (Montali, 1995) nos induziram a supor que essa tendência permaneceria na atual conjuntura de redução das oportunidades de trabalho que afetam especialmente os homens em idade ativa.

No entanto, nos anos recentes, analisando-se a tendência a partir dos dados agregados para a Região Metropolitana de São Paulo, como um primeira aproximação, nota-se o estabelecimento de um outro padrão, onde a participação dos chefes de família se mantém em torno de pouco menos que a metade dos ocupados da família (46%) e cai progressivamente a participação dos filhos, mais especialmente a partir de 1992. Os filhos passam a representar, entre 1992 e 1997, cerca de um quarto dos ocupados da família, quando foram mais que um terço deles em 1983. Configurando um fato novo a partir de 1992, cresce progressivamente a participação da cônjuge entre os ocupados da família (Tabela 1).

O peso da participação da mulher-cônjuge entre os ocupados da família apresenta tênue tendência de crescimento entre 1981 e 1985, passando de 13,5% no primeiro momento da crise a 14% no ano de início da recuperação econômica. Passa a 15,6% no ano de 1986, caracterizado como de expansão da economia e mantém esse patamar até 1990. Sua participação entre os ocupados continua a crescer nos anos recessivos do início da década de 90 (1990-1992) e nos subseqüentes, aparentemente compensando oscilações na participação ora dos filhos, ora dos chefes de família (Tabela 1). A partir de 1992 muda seu patamar de participação entre os ocupados da família: entre 1992 e 1994 sua participação passa de 17,4% para 17,9%; já entre os anos de 1995 e 1996 sua participação supera os 18%, chegando a 18,9% em 1997.

Dessa maneira, observa-se como tendência entre 1992 e 1997, um padrão de ocupação dos membros da família em que a participação do chefe fica ao redor de 46% dos ocupados, a participação da cônjuge ao redor de 18% dos ocupados e os filhos cerca de 25% destes; outros parentes e não parentes, oscilam ao redor dos 10% dos ocupados. Bastante distinto da composição dos ocupados da família em 1981, quando o chefe representava 45,3% dos ocupados, a cônjuge 13,5% e os filhos 31,8% (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição dos Ocupados, Segundo Posição na Família
Região Metropolitana de São Paulo
1981-1996

Em porcentagem

Posição na Família	Distribuição dos Ocupados												1997 (1)
	1981	1983	1985	1986	1987	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	
Chefe	45,3	42,2	47,1	47,0	45,4	46,3	45,5	46,2	45,9	46,9	46,0	46,6	46,0
Cônjuge	13,5	13,6	14,0	15,6	15,6	15,3	16,2	17,4	17,7	17,9	18,3	18,7	18,9
Filhos	31,8	36,4	28,7	27,6	29,0	27,5	27,6	25,6	26,5	25,6	25,6	24,5	25,0
Outros	9,4	7,8	10,2	9,9	10,0	10,8	10,7	10,8	9,9	9,7	10,1	10,2	10,1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: DIEESE, PPVE -1981 e 1983. Fundação Seade, PED-1985 a 1996. Dados consolidados até 1991 apud Montali, 1995. Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP, 1997.

Nota: Os dados de 1981 são de março/abril; os de 1983 março e junho; os de 1985 a 1996 são referentes ao trimestre móvel fevereiro-março-abril.

(1) 1997 Dados consolidados para o ano (Home Page SEADE, 1998).

A análise das tendências recentes apresentadas pelos diferentes componentes da família a partir destes dados agregados e também do conjunto dos resultados desta pesquisa nos levam a supor que cada vez mais a responsabilidade pela manutenção da família será partilhada pelo casal, no caso das famílias biparentais, que são as predominantes na Região Metropolitana de São Paulo, em oposição ao modelo do chefe provedor.

Dessa maneira, o rearranjo de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho nos anos 90 parece apontar para direção um pouco distinta da observada na década de 80. Na década anterior, tanto por características da composição familiar, como pelas maiores possibilidades de emprego para os mais jovens, era maior o peso dos filhos entre os ocupados da família. A tendência recente está sendo a maior presença do casal (chefe e cônjuge) entre os ocupados da família. Em 1981 o casal compunha cerca de 60%

dos componentes ocupados da família, em 1992 já é responsável por 63,6% dos ocupados e, em 1997 por 65% destes (Tabela 1).

As alterações observadas no período analisado (1981-1997) relativas ao peso dos componentes entre os ocupados da família são, com certeza decorrentes tanto de alterações na disponibilidade diferenciada dos componentes da família oriunda das relações internas a estas - podendo-se supor que estejam reduzindo-se nas famílias as restrições ao trabalho remunerado da mulher-cônjuge - e das restrições e possibilidades de inserção no mercado de trabalho que têm atuado também de forma diferenciada para cada um deles. Os dados agregados apresentados nesta sessão possibilitam visualizar apenas aspectos gerais dessas tendências na década de 90 para a Região Metropolitana de São Paulo, maior detalhamento para o período 1990-1994 é apresentado em item posterior.

Estas tendências, consideradas no bojo das transformações que ocorrem na sociedade brasileira, expressam ajustes entre as dinâmicas de transformação da família e das atividades econômicas. Na verdade, elas indicam mais do que simples ajustes, pois repercutem sobre as relações familiares de autoridade e de negociação, afetando mutuamente as relações internas da família e as possibilidades de inserção de seus componentes no mercado de trabalho.

Embora as mudanças ocorridas na família e na incorporação de seus componentes no mercado de trabalho, o padrão de família culturalmente aceito no país é o da família tradicional, ao qual corresponde a divisão sexual do trabalho onde o homem é o responsável pela manutenção da família e a mulher é responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, sendo as relações de poder e autoridade hierarquizadas a partir do homem¹². Pesquisas recentes mesmo indicando tendências a relações mais igualitárias em segmentos das camadas médias, mostram a manutenção deste padrão nos dias atuais, sendo especialmente valorizado nas famílias de estratos de renda mais baixos, nestes incluindo segmentos inferiores das camadas médias¹³. Índícios de mudança e das contradições por esta geradas são evidenciados pelos estudos de situação concreta que mostram que as tensões originam-se exatamente na contradição entre relações mais

12 Sobre a concepção da família tradicional ver especialmente Durham, 1980 e 1983 e Sarti, 1993 e 1994.

13 Sobre camadas médias ver dentre outros Bruschini, 1987, Romanelli, 1989 e 1991 e Salém, 1986. Sobre famílias pobres ver Zaluar, 1985 e Sarti, 1993 e 1994, apud Montali, 1995.

igualitárias e a tradicional atribuição de papéis (Carvalho,1992, Romanelli, 1991 e Sarti, 1994, dentre outros).

Os resultados da pesquisa sobre a relação família e trabalho na crise do início dos anos 80 (Montali,1995) oferecem suporte para se afirmar um movimento de mudança na família em curso, ou seja, ao mesmo tempo em que mostram modificações na relação família-trabalho, evidenciam objetivamente as dificuldades de concretização do padrão de manutenção da família pelo chefe provedor nos diferentes tipos de família correspondendo aos momentos do ciclo vital da família. Por outro lado, colocam em discussão a questão de que a permanência e a mudança desse padrão de família culturalmente aceito, passa pela ruptura da possibilidade concreta de sua efetivação. Essa ruptura, por hipótese, tenderá a provocar uma nova divisão do trabalho na família, ou seja, a alterar a relação família-trabalho, levando a médio ou a longo prazo a uma nova divisão sexual do trabalho que implicaria numa redefinição dos papéis masculino e feminino e na alteração nas relações de hierarquia e poder.

A hipótese deste estudo de mais longo prazo sobre os anos 90, é que a progressão nos anos 80 e 90 das tendências identificadas no início da década de 80 com relação à impossibilidade concreta de realização do padrão do chefe provedor, pode estar sinalizando mudanças mais profundas na família, que se expressam na alteração na divisão sexual do trabalho interna a ela. A continuidade dessa tendência na Região Metropolitana de São Paulo mostra-se através de um conjunto de evidências, tais como a intensificação do trabalho da mulher casada e a importância da participação do conjunto dos componentes da família para sua manutenção. É acentuada nos anos 90 pela conjuntura na qual cresce o desemprego masculino e dos chefes de família. Neste momento não é apenas a situação de desemprego do homem do casal que ameaça a possibilidade de realização do padrão de família do chefe provedor. Em muitos casos, especialmente após o desemprego industrial, a qualidade da ocupação obtida não consegue reproduzir a situação anterior.

Assim, a impossibilidade concreta de realização do padrão de família baseado no “chefe provedor” já evidenciado em estudo anterior referente à crise do início dos anos 80 (Montali, 1995) é reafirmada na primeira metade dos anos 90.

Tais tendências associadas às pressões pelos movimentos de mulheres e às transformações que vêm ocorrendo na sociedade no sentido de maior igualitarismo entre

homens e mulheres, sinalizam no sentido de transformações profundas em curso que resultam tanto em transformações nas relações de hierarquia na família, como em transformações para as mulheres nas possibilidades de acesso ao trabalho, na medida em que estas são limitadas (freçadas) pelas relações familiares e respectivas atribuições. Dessa maneira, a impossibilidade concreta de realização do padrão de família mantida pelo chefe provedor que vem de maneira crescente ocorrendo na Região Metropolitana de São Paulo, pode impulsionar ou favorecer transformações nas relações de gênero tanto no âmbito da família, como no âmbito do mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

Outra questão a ser evidenciada é que a crescente impossibilidade concreta de efetivação do padrão da família mantida pelo "chefe provedor", caro às famílias de baixa renda, pode ser em grande parte responsável pelo crescimento das famílias chefiadas por mulheres. Estudos de caso explicitam que a impossibilidade concreta de realização desse padrão de família considerado como ideal, significa para a mulher-cônjuge ruptura da reciprocidade da divisão sexual do trabalho esperada. Para o homem significa a incapacidade de cumprir seu papel, levando-o ao alcoolismo ou ao abandono da família¹⁴.

Essa impossibilidade que é acentuada pelas dificuldades de emprego e remuneração suficiente nas conjunturas de crise e de instabilidade dos anos 80 e 90, deve ter contribuído para a tendência ao crescimento de famílias monoparentais, especialmente as chefiadas por mulher. Este fenômeno nas famílias de baixa renda ao mesmo tempo em que é gerado pelas condições precárias de renda e trabalho, reproduz a pobreza.

Deve-se esclarecer entretanto que ao discutirmos mudanças no padrão do chefe como provedor da família, tendo por referência os dados empíricos que evidenciam a participação de outros componentes na manutenção desta, ou indicadores de insuficiência de renda, não estamos supondo rupturas mecânicas nesse processo. Em outras palavras, não estamos supondo que, rompida a possibilidade de manutenção da família pelo chefe, estaria rompido este modelo de família culturalmente estabelecido na sociedade brasileira.

14 Referências importantes sobre essas representações são encontradas em Sarti, 1994. "A vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem que se sente *fracassado*, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de *ter alguma coisa* através do projeto de casamento."(Sarti, 1994:80)
"As famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas, o que implica em alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, levam a desencadearem-se arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, para viabilizar a existência da família, tal como a concebem."(Idem:.81)

Sem dúvida, os padrões culturais demonstram sua força conservadora ao redefinirem de forma dominante na sociedade o trabalho da mulher e dos filhos como complementares ao do chefe, reafirmando a autoridade deste como provedor. O que nos propomos a discutir, a partir dos

dados, é que a permanência e a mudança na família passam pela ruptura da possibilidade objetiva de efetivação desse padrão culturalmente dominante. E que esta, ao provocar uma nova divisão do trabalho na família, leva a longo ou a médio prazo a uma nova divisão sexual do trabalho na família, com a redefinição dos papéis de gênero que, por sua vez apresentará reflexos tanto na família como na disponibilidade para o mercado de trabalho.

3. Aspectos dos efeitos diferenciados da reestruturação produtiva sobre o emprego por sexo e a inserção dos componentes da família no mercado de trabalho

As indicações a partir das análises sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na primeira metade dos anos 90, são de que o processo de reestruturação produtiva intensificado a partir de 1990 tem afetado com mais ênfase os postos de trabalho masculinos. Brandão e Montagner (1996) mostram para a primeira metade dos anos 90 acentuada queda na taxa de ocupação masculina, ao mesmo tempo em que se mantêm as taxas de ocupação femininas.

A crescente participação da mulher no mercado de trabalho - fenômeno relevante para se estudar as transformações na família e na relação família e trabalho - é uma tendência desde o final dos anos 70 e vem se acentuando nas décadas de 80 e 90, apesar de ambas terem sido caracterizadas pelas baixas taxas de crescimento econômico com alguns períodos de recuperação¹⁵. Insere-se numa tendência internacional, que se manifesta tanto em países desenvolvidos como em países da América Latina desde a década de 70 e tem se mantido crescente nos períodos de recessão, como nos de expansão da economia (Posthuma e Lombardi, 1997)¹⁶.

Também a tendência observada nesta região metropolitana de crescimento da taxa de participação feminina ao mesmo tempo em que cai a taxa de participação masculina é comum a outros países tanto da América Latina, como da Europa nas últimas décadas e mais especialmente nos anos 90 (Posthuma e Lombardi, 1997; Hirata, 1997; Abramo, 1997; González de la Rocha, 1997). "Nota-se uma diferença entre a natureza da participação dos homens e das mulheres na maioria dos países do mundo: a taxa feminina

15 Informações mais detalhas sobre estas questões podem ser encontradas em Montali, 1998a e Montali, 1988b, de onde foram extraídas.

16 A taxa de atividade das mulheres no mundo desenvolvido experimentou forte progressão, passando de 38% em 1970 para 52% em 1990; atualmente, as mulheres representam cerca de 44% da população economicamente ativa (Hirata, 1997). Na América Latina as mulheres representavam 21,1% da PEA em 1970, passaram a 25,3% em 1980 e a 28,1% em 1990 (Valdés e Gomáriz, 1995, apud Abramo, 1997).

da força de trabalho aumentou tanto durante períodos de prosperidade como nos de recessão, enquanto a participação masculina tem decrescido” (Posthuma e Lombardi, 1997).

Na análise das curvas de evolução das taxas de participação e de ocupação das pessoas em idades ativas da Região Metropolitana de São Paulo, Brandão e Montagner, 1996, explicitam que a queda nas taxas de ocupação ocorridas a partir de 1990 nessa região é resultado, principalmente, da redução das oportunidades de trabalho para os homens. Enfatizam que, embora tenha crescido para ambos os sexos a parcela das pessoas em idade ativa desempregadas a partir de 1991, são distintos os determinantes básicos. O desemprego masculino é explicado pela menor disponibilidade de postos de trabalho na Região Metropolitana, sendo o crescimento do desemprego feminino explicado pela maior oferta de mão de obra.

Ambas as tendências verificadas na reestruturação das atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo de redução do emprego masculino e de preservação do emprego feminino guardam relação com a divisão sexual do trabalho. Como já mencionado anteriormente, existe uma "sexualização" das ocupações, ou seja, existem funções e setores de atividade que concentram diferencialmente homens e mulheres (Bruschini, 1994). A divisão sexual do trabalho opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais. Dessa maneira, são os conceitos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero que possibilitam explicar os modos diferenciados de inserção de homens e mulheres no sistema produtivo, bem como as formas de gestão da força de trabalho também diferenciadas por sexo, que nos auxiliam a entender os efeitos diferenciados da reorganização das atividades econômicas sobre o emprego masculino e feminino.

Considerando-se os setores da atividade econômica, é conhecida a relativamente pequena participação feminina - da ordem de 27% dos ocupados - no setor industrial, o mais atingido nesse processo. Por outro lado, é muito pequeno nesse setor de atividade o número de mulheres que ocupam cargos de chefia, um dos mais afetados com a redução das hierarquias nas empresas. Também na inovação de processos, com a introdução de novos equipamentos, motivo de substituição ou eliminação de homens, sobretudo os muito qualificados, a mulher não é afetada porque, raramente ela opera máquinas. A adoção de

novas formas de gestão da produção, por sua vez, afeta de forma semelhante homens e mulheres muito qualificados (Matesco, 1995; Lavinias e Matesco, 1996).

Assim, a divisão sexual do trabalho vigente na indústria e que tem sido objeto de muitos estudos (Lobo, 1991) denunciando a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente em relação às distintas oportunidades de treinamento e de acesso a chefias, tem, nesta etapa da reorganização das atividades econômicas, possibilitado a redução menos drástica da atividade feminina no mercado de trabalho. No entanto, essa mesma divisão sexual do trabalho favorece que sejam mais frágeis as formas de vinculação das mulheres ao mercado de trabalho.

O setor de serviços, que absorve a maior parte das mulheres ocupadas em países desenvolvidos e em países não desenvolvidos, também nesta Região concentra grande parte da força de trabalho feminina. Este setor tem continuado a oferecer oportunidades de trabalho, apesar de alguns de seus ramos também passarem por reestruturação, tais como os serviços financeiros e o comércio. Se por um lado as mulheres estão concentradas em um setor com relativa expansão de oportunidades de trabalho, sabe-se que no setor terciário, considerando-se sua diversidade, são maiores as possibilidades de vinculações precárias ao mercado de trabalho. Tal fato afeta as possibilidades de inserção da mulher em empregos de qualidade.

Reafirmando a manutenção da precariedade da inserção feminina no mercado de trabalho sob a reestruturação produtiva na Região Metropolitana de São Paulo, nos referimos a um estudo realizado pela Fundação SEADE com base em informações disponibilizadas pela PED ¹⁷ que mostra em 1996 uma maior semelhança entre homens e mulheres nas proporções de inserção regulamentada e não regulamentada. Evidencia que o perfil ocupacional na Grande São Paulo em 1996, que “resulta de uma evolução regional nos anos 90, embora não tenha eliminado a maior fragilidade estrutural da inserção das mulheres na força de trabalho, tornou os homens mais semelhantes à destas últimas”

17 No ano de 1996 38,3% das mulheres ocupadas estava inseridas em ocupações precárias (assalariadas sem carteira assinada e autônomas: 25,8%; empregadas domésticas sem carteira de trabalho e diaristas: 13%) e 35,4% dos homens (assalariados sem carteira assinada e autônomos: 35%; empregados domésticos sem carteira de trabalho e diaristas: 0,4%). Comparando-se com os valores observados em 1989 verifica-se que apesar das maiores proporções de mulheres em inserções precárias que os homens, tanto em 1989 (34,2%), como em 1996 (38,3%), foi menor a intensidade do crescimento de inserções precárias no período para as mulheres (de 12%), do que para os homens (de 36%). Dentre os homens ocupados, estavam em inserções precárias 26% em 1989 e 35,4% em 1996, com base nos dados da PED (SEADE. Home Page, 1997).

(SEADE, Home Page, 1997. Estudo Especial¹⁸:1). Deve-se no entanto observar que além da maior fragilização das inserções masculinas no mercado de trabalho e apesar das

18 SEADE, Home Page, 1997. Estudo Especial " A maior inserção das mulheres em postos não regulamentados", p.1.

semelhanças aparentes, permanecem vigentes a segregação horizontal e a segregação vertical (Posthuma e Lombardi, 1997), restringindo a participação das mulheres a determinados setores e ramos de atividade e a funções definidas, tendo por referência atributos de gênero e representações acerca destes. O resultado dessas formas de segregação, caracterizando o que Posthuma e Lombardi (1997) denominam de “inserção excluída”¹⁹, são as remunerações para as mulheres, mais baixas que as masculinas, apresentadas pelo estudo especial da Fundação SEADE citado acima e que expressam para a Região Metropolitana de São Paulo um fato que vem sendo registrado pela literatura especializada tanto para o Brasil, como para a maior parte dos países do mundo, incluindo-se nestes os desenvolvidos.

As tendências de absorção pelo mercado de trabalho aqui apresentadas sinalizam profundas modificações nas formas de inserção no mercado na Região Metropolitana de São Paulo e se refletem nos arranjos familiares para garantir a sobrevivência. A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é um fato importante na alteração dos arranjos familiares de inserção percebidos como possíveis para as famílias. Nesse sentido, dois aspectos devem ser considerados na análise do crescimento da participação da mulher em atividades remuneradas: por um lado a seletividade do mercado tendo por base um novo padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado a manutenção e o crescimento da participação da mulher; por outro, alterações nos valores em relação ao papel da mulher na sociedade e alterações na estruturação dos núcleos domésticos têm aumentado a disponibilidade da mulher, em todas as idades e posições na família para o trabalho remunerado.

A síntese que apresentamos a seguir sobre as formas de inserção predominantes dos componentes da família no mercado de trabalho nos anos 1990 e 1994, guarda estreita relação com as características da inserção por sexo na Região Metropolitana de São Paulo.

Enquanto as análises a partir do mercado de trabalho indicam as tendências do emprego e do desemprego, a análise a partir da unidade familiar permite conhecer as respostas das

19 As autoras, utilizando como referências Gore (1995:95) e Rogers (1995:45, apud Posthuma e Lombardi, 1997), definem quatro formas de exclusão social em relação ao mercado de trabalho: desemprego aberto; formas precárias de inserção no mercado de trabalho; formas de trabalho não remunerado; e exclusão das oportunidades para desenvolver novas habilidades. As três últimas formas, que comumente envolvem o trabalho feminino, “poderiam constituir-se em uma espécie de ‘inserção excluída’” (Posthuma e Lombardi, 1997:125).

famílias e dos sujeitos com diferentes atribuições familiares à conjuntura que condiciona as possibilidades de emprego.

Nesse sentido, a análise das formas de vinculação ao mercado de trabalho dos componentes da família mostra que delineiam-se padrões que caracterizam as inserções predominantes dos componentes da família, ao mesmo tempo em que mostra os efeitos diferenciados da redução das oportunidades de trabalho e da precarização que cada um deles sofre nos anos 90, tomando por indicadores: setor de atividade, posição na ocupação, existência de registro profissional em carteira de trabalho e continuidade/descontinuidade no trabalho .

Sintetizando as indicações sobre as formas de vinculação ao mercado e a precarização no trabalho observadas (Montali, 1998a), parece evidente que os componentes da família que estão sendo mais afetados no acesso a empregos de qualidade são os jovens e os muito jovens. Os filhos e filhas maiores de 18 anos, que apresentam elevadas taxas de participação e crescente taxa de desemprego, têm sofrido a perda do assalariamento no setor privado, especialmente na indústria onde apresentam concentração mais elevada que a média da Região Metropolitana e buscam inserção no setor de serviços, embora parte deste permaneça na indústria de transformação. Ainda que apresentem proporções acima da média regional com carteira de trabalho assinada, sofrem acentuada redução na vinculação regulamentada ao mercado de trabalho e crescimento da proporção de assalariados sem carteira de trabalho. Considerando-se as especificidades por sexo, no caso dos filhos maiores masculinos, além dessa tendência chama a atenção o crescimento mais acentuado das vinculações não regulamentadas não assalariadas. Os filhos maiores, de ambos os sexos, apresentam aumento na instabilidade do emprego, no entanto, no caso das filhas maiores de 18 anos, além da maior proporção em descontinuidade na ocupação, estas apresentam maior parcela de desempregadas. Tal conjunto de indicadores mostra, em comparação ao filho do sexo masculino, maior fragilização da vinculação desta componente adulta da família no período analisado (Montali, 1998a).

A situação mais grave em relação à instabilidade é apresentada pelos ocupados menores de 18 anos, sejam eles filhos ou parentes. Estes, que apresentavam proporções em dobro maiores que a média regional de descontinuidade no trabalho em 1990, mostram agravamento da instabilidade em 1994. Somada ao conjunto de indicações sobre a situação dos filhos e filhas menores e, especialmente sua concentração em atividades

assalariadas não regulamentadas, a maior descontinuidade na ocupação reafirma a precariedade da inserção do adolescente no mercado de trabalho e, por outro lado, evidencia as restrições que sofre no acesso ao trabalho.

As chefes femininas e as cônjuges, ambas componentes responsáveis pela família, vêm apresentando elevação em suas taxas de participação, de ocupação e de desemprego de forma semelhante, ainda que com intensidades distintas. Apresentam semelhanças também em seu perfil de inserção. Estão em sua grande maioria ocupadas no setor de serviços. Apesar das indicações de vinculações precárias, têm sofrido poucas alterações na sua forma de vinculação ao mercado no período estudado (1990-1994) e apresentam continuidade no trabalho em proporções mais elevadas que a média regional (Montali, 1998a).

Os chefes masculinos, um dos principais componentes responsáveis pela família, apresentam uma das mais elevadas taxas de participação e de ocupação. No entanto têm sofrido o aumento do desemprego com maior intensidade em decorrência da redução dos postos de trabalho na indústria, onde se concentram em proporções acima da média da Região Metropolitana. Têm perdido postos de trabalho regulamentados, com acentuada redução naqueles com registro profissional em carteira de trabalho e conseqüente aumento nas inserções assalariadas sem carteira de trabalho assinada e em vinculações precárias, principalmente como autônomos (Montali, 1998a).

Constata-se, com base no conjunto de indicadores analisados sobre as alterações nas formas de vinculação ao mercado de trabalho no período, que houve clara deterioração da qualidade do emprego na Região Metropolitana de São Paulo entre 1990 e 1994. Os impactos foram sentidos em todos os ocupados quando diferenciados por sua posição na família, idade e sexo.

4. Arranjos familiares e empobrecimento das famílias entre 1990 e 1994

A pequena expansão das oportunidades de trabalho no período associada ao crescente desemprego dos principais mantenedores da família levou a que se estabelecessem novos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho para garantir a subsistência. Os rearranjos familiares de inserção observados em 1994 - diferenciando-se dos arranjos anteriormente encontrados em 1990 e na década de 80 - indicam o deslocamento da responsabilidade da manutenção da família dos principais mantenedores identificados para

cada tipo de família em pesquisa anterior (Montali, 1995), para outros componentes da família. Com a redução dos postos de trabalho, principalmente para ocupações predominantemente masculinas e frente às maiores dificuldades de absorção encontradas pelos jovens a partir de 1992, foi possível verificar, com especificidades nos diversos tipos de família²⁰, porém apresentando-se como tendência geral em todos tipos: o crescimento da participação da mulher-cônjuge entre os ocupados da família, a redução da participação dos filhos, tanto maiores como menores de 18 anos, e a redução do peso do chefe masculino. O peso do chefe entre os ocupados da família cresce, por sua vez, na família da chefe feminina sem cônjuge e nas famílias na etapa da "velhice" com a presença de filhos residentes²¹.

[N-L1] Comentário:

Os rearranjos observados em 1994 expressam, assim, o maior partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família dos principais mantenedores com outros componentes do grupo doméstico.

Como não é possível a substituição pura e simples entre os diferentes componentes da família para a inserção no mercado de trabalho, - ou seja, cada um deles coloca-se em relação ao mercado com suas características de gênero, idade e papéis familiares, sofrendo restrições ou vantagens a partir delas -, os rearranjos possíveis para a família no enfrentamento deste novo momento de elevado desemprego dificilmente possibilita ao grupo familiar reproduzir ou manter nos mesmos níveis suas condições de existência.

Na maior parte dos rearranjos analisados as cônjuges passam a assumir parcela maior na composição da renda familiar. Sua participação na composição da renda familiar apresenta crescimento no período estudado e especialmente em alguns tipos de família: casais sem filhos residentes, casais de até 34 anos sem filhos residentes e casais de 35 a 49 anos com filhos, nos quais representa, em volume, a segunda maior renda (Montali, 1998 a e b). No entanto sua participação ainda permanece muito menor que a participação do chefe masculino porque, apesar da maior inserção da cônjuge no mercado de trabalho, esta ocorre marcada pelas atribuições de gênero através de vinculações precárias de trabalho e por jornadas menores que as dos demais componentes adultos da família.

20 Os tipos de família foram construídos a partir da estruturação das famílias (biparentais e monoparentais) e dos momentos do ciclo vital familiar.

21 Tais rearranjos são apresentados aqui de maneira bastante indicativa. Análises mais detalhadas podem ser encontradas em Montali, 1998 a e b.

Merece destaque o fato que, no segundo momento analisado, 1994, as mulheres-chefes de família passam a assumir o maior encargo na composição da renda familiar frente ao aumento do desemprego dos filhos.

Além da conhecida deterioração que está ocorrendo no emprego e a redução das oportunidades de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, com certeza o empobrecimento para os diferentes tipos de família entre 1990 e 1994 está relacionado aos rearranjos de inserção familiar e às diferentes vantagens e restrições de inserção no mercado que cada componente encontra, considerando-se que não existe "permutabilidade" entre estes para a inserção no mercado de trabalho.

A tabela abaixo mostra como, apesar dos rearranjos familiares de inserção ocorreu a redução dos rendimentos médios familiares no período.

Tabela 2

Renda familiar per capita média (1), segundo tipologia de família
Região Metropolitana de São Paulo
1990-1994

Tipologia de Família	em porcentagem	
	1990 SM	1994 SM
Casal sem filhos	5,69	5,22
Casal até 34 anos com filhos e parentes	3,37	2,69
Casal 35-49 anos com filhos e parentes	4,06	3,67
Casal 50 anos e mais com filhos e parentes	5,63	4,68
Chefe feminino sem cônjuge	3,68	2,92
Total (2)	4,13	3,54

Fonte: SEADE, PCV90 e PCV94.

Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP 1997.

Nota: Foram excluídas as famílias sem informação de renda e também aquelas em que algum componente apresente ausência de informação para renda.

(1) Em salários mínimos de julho de 1994.

(2) Inclui outras configurações familiares.

5. Considerações finais

A reestruturação produtiva afetou a inserção dos diferentes componentes da família no mercado e, na ausência de políticas de emprego e de políticas de proteção social, teve por principais conseqüências a precarização das relações de trabalho e a deterioração da renda familiar. Uma das conclusões de nossa pesquisa (Montali, 1998a) é que no período analisado, 1990-1994, caracterizado por inflação elevada, os rearranjos de inserção no

mercado articulados nos diversos tipos de família na Região Metropolitana de São Paulo não conseguem manter os níveis de rendimentos familiares. No período subsequente, ou seja, entre 1995 e 1997, houve recuperação da renda familiar per capita na Região relacionada aos efeitos do plano de estabilização (Plano Real). Entretanto o recrudescimento do desemprego e a continuidade da deterioração das formas de vinculação ao mercado de trabalho continuam a impactar os arranjos familiares de enfrentamento das situações adversas, afetando, já nos primeiros meses de 1998 a renda familiar per capita. O agravante no último ano, é que, pela primeira vez após o plano de estabilização iniciado em 1994, a deterioração na renda real familiar veio somar-se à deterioração do mercado de trabalho. A redução do rendimento dos ocupados afetou inclusive as cônjuges, os únicos componentes das famílias que vinham apresentando crescimento na renda real até 1997.

A análise de tais processos nos anos 1997 e 1998, etapa em andamento desta pesquisa, mostra que o crescente desemprego e a contínua precarização das relações de trabalho começam a fazer ruir para as famílias mais pobres e mesmo para segmentos médios da sociedade, as possibilidades até então encontradas para o enfrentamento das situações de crise econômica com desemprego e escassez de recursos. Estas indicações sugerem que poderemos nos deparar nos últimos anos da década de 90 com processos indicados por González de la Rocha (1997) para as metrópoles mexicanas, por ela denominados “erosão do modelo de sobrevivência”.

Na Região Metropolitana de São Paulo aos processos mencionados acima relativos às restrições aos emprego e à renda, impostos pelas mudanças no mercado de trabalho, agregam-se a ausência por longo período de políticas de emprego e a ineficácia daquela que vem sendo implementada até o momento. Em consequência dessa situação as insuficientes políticas de proteção social não têm conseguido amenizar a crise social que vem se instalando na Região.

Em relação à família, esta nova situação do mercado de trabalho que resultou em maior partilhamento dos componentes da família na responsabilidade pela manutenção do grupo doméstico com crescente importância da participação da renda obtida pelo trabalho da mulher-cônjuge, verificado no decorrer dos anos 90 (Montali, 1998a e 1998b; Troncoso, 1998), evidencia uma nova constatação da impossibilidade concreta de realização da família estruturada com base no modelo do "chefe provedor", que já vinha se manifestando

como tendência desde os anos 80 (Montali, 1995). O que se pode esperar é que essa impossibilidade concreta de manutenção da família pelo chefe e, também a de mantê-la sob sua autoridade, impulse transformações nas relações internas da família. Nossa hipótese de trabalho é que a impossibilidade concreta de realização do padrão do chefe provedor deverá provocar a médio prazo - associada a outros fatores que têm indicado maior equalização das relações de gênero -, mudanças na família, que passam num primeiro momento pela mudança na divisão do trabalho interna à família através das alterações na inserção no mercado e, num segundo momento, passa pela mudança na divisão sexual do trabalho na família, o que implicará em mudanças nas relações hierarquizadas de gênero no seu interior.

6. Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. (1997), "Imagens de gênero e políticas de recursos humanos na modernização produtiva". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 11(1): 110-121.
- ARAUJO, M. Fátima. (1992), "Uma nova centralidade da região metropolitana de São Paulo". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 6(3): 55-59.
- ALVES, Edgard L.G. e SOARES Fabio V. (1996), "Ocupação e escolaridade: tendências recentes na Grande São Paulo". IPEA. *Texto para Discussão*, 428.
- BALTAR, Paulo E. e PRONI, Marcelo W. (1995), "Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil". *Cadernos Cesit*, Campinas, IE/UNICAMP, 15.
- BALTAR, Paulo E. (1996), "Abertura da economia e emprego no Brasil nos anos 90". *Anais X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu. ABEP.
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnés. (1992), *La division familiale du travail - La vie en double*. Paris, Presses Universitaires.
- BARRÈRE-MAURISSON, Marie-Agnés et alii. (1984), *Le sexe du travail - Structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires.
- BOGUS, Lucia M.M. e MONTALI, Lilia. (1994), "A Reestruturação metropolitana de São Paulo". *Margem*. São Paulo, EDUC/Faculdade de Ciências Sociais da PUC - São Paulo, (3): 159-178.
- BRANCO, P.P. Martoni. (1997), Introdução in *Mulher em Dados. Trabalho e Renda*. SEADE, Home Page.
- BRANDÃO, Sandra M.C. e JANNUZZI, P.M. (1995), "Distribuição de renda e pobreza". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 9(3): 101-108.
- BRANDÃO, Sandra M. C. e MONTAGNER, Paula. (1996), "Novas características do desemprego". *Anais X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu.

- BRUSCHINI, M. Cristina. (1994) *O Trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA. Série Seminários, 7.
- CANO, Wilson e SEMEGHINI, Ulisses C. (1991), "Setor terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970/1989". *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador.
- CORDEIRO, Helena K. (1993), "A cidade mundial de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano". in *Fim de Século e Globalização*, São Paulo, Hucitec/ANPUR. Col. O Novo Mapa do Mundo.
- DEDECA, Claudio S. (1996), "Desemprego e regulação no Brasil hoje". *Cadernos Cesit*. Campinas.IE/UNICAMP, 20.
- _____ e BALTAR, P.E. (1997), "Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90". *XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia*. São Paulo, (mimeo).
- DIEESE. (1993), "Emprego bancário: tendências recentes". Belo Horizonte. DIEESE. (mimeo).
- DIEESE. (1994), O desemprego e as políticas de emprego e renda. *Pesquisa DIEESE*. São Paulo. DIEESE, 10.
- DURHAN, Eunice. (1980), "A família operária: consciência e ideologia". *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(2): 201-213.
- EMPLASA. (1994), "A natureza recente da centralidade da Região Metropolitana de São Paulo". São Paulo, EMLASA.
- González DE LA ROCHA, Mercedes. (1997), "The erosion of a survival model: urban household responses to persistent poverty". *Workshop Gender, Poverty and Well-being: Indicators and Strategies*. UNRISD, UNDP, CDS. Trivandrum, Kerala, november.
- HIRATA, Helena e Humphrey, John. (1986), "Strategies familiares et politiques patronales: les cas du Brésil". *Nouvelles Questions Feministes*. Paris, Hiver, n.14/15.
- _____, Helena e Humphrey, John. (1994), Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, USP, 4(1 e 2): 111-131.
- _____, Helena, Husson, Michel e Roldán, Martha. (1995), "Reestructuraciones productivas y cambios en la division sexual del trabajo y del empleo (Argentina, Brasil y México)". *Sociología del Trabajo. Nueva Epoca*. Madri. Siglo XXI, 24: 75-97.
- _____, Helena e Senotier, Danièle (org.). (1996), *Femmes et partage du travail*. Alternatives Sociologiques. Syros, Paris.
- _____, Helena. (1997) "Salariat, precarité, exclusion. travail et rapports sociaux de sexe/genre, une perspective internationale". Seminário Internacional Demografia da Exclusão. NEPO/UNICAMP. Campinas, (mimeo).

- IBGE. (1995), *Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas. IBGE. Rio de Janeiro.
- JATOBÁ, Jorge. (1990), "A família na força de trabalho: Brasil metropolitano - 1978-1986". VII Encontro Nacional ABEP. *Anais...* Caxambu.
- Jornal O Estado de São Paulo. Diversos números, em diversos anos.
- Jornal Folha de São Paulo. Diversos números, em diversos anos.
- LAUTIER, Bruno. (1994-1995), "La Famille. Un amortisseur à la crise?" *Politis. La Revue*, 8: 25-30.
- LAVINAS, Lena e MATESCO, Virene R. (1996), "A reestruturação produtiva nas empresas brasileiras e seu reflexo sobre a força de trabalho por gênero". IPEA. *Texto para Discussão* 400.
- LOBO, Elizabeth S. (1991) *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP.
- LOPES, Juarez B. (1994), "Novos parâmetros para a reorganização da política social brasileira". *Texto para Discussão* 358, Brasília, IPEA.
- MATESCO, Virene R. (1995), "A dinâmica da reestruturação produtiva". *Conjuntura Econômica*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, ano 49 (5): 48-51.
- MATTOSO, Jorge e BALTAR, Paulo. (1996), "Transformações estruturais e emprego nos anos 90". *Cadernos Cesit*. Campinas.IE/UNICAMP, 21.
- MONTALI, Lilia. (1995), *Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. (1998 a), *Trabalho e família na Região Metropolitana de São Paulo na primeira metade dos anos 90: instabilidade e reestruturação produtiva*. Relatório Final apresentado ao CNPq. Campinas. NEPP/UNICAMP.
- _____.(1998b), "Trabalho e família sob a reestruturação produtiva". XI Encontro de Estudos Populacionais. Anais....Caxambu.
- OLIVEIRA, Orlandina e ARIZA, Marina. (1997), "Division sexual del trabajo y exclusion social". Seminário Internacional Demografia da Exclusão. NEPO/UNICAMP. Campinas, (mimeo).
- PACHECO, Carlos A. (1992), "A terciarização dos 80: de tudo um pouco". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 6(3): 27-38.
- _____. (coord.) et alii. (1993) "A dinâmica industrial e financeira na especialização das regiões". UNICAMP.
- PIRES, Elson L.S. (1994) "Mercado de trabalho e reestruturação produtiva na indústria: o Brasil no limiar do século XXI". *Travessia*, São Paulo, 18.
- POCHMANN, M. (1997), "Tendências nacionais recentes do emprego no Brasil". Instituto de Economia/UNICAMP, 1997.

- _____. (1997), "Políticas de emprego e renda no Brasil" *in*: Bogus, L. e Paulino, A. (orgs) *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais*. São Paulo. EDUC.
- POSTHUMA, Anne C. e LOMBARDI, M.(1997), Rosa. "Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 11(1): 124-131.
- Presidência da República.(1998), Home Page Brasil em Ação. Balanço.
- SARTI, Cinthia S. (1994) *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SEADE. (1992), *Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo - Renda*. São Paulo.
- _____. (1994 a) Mercado de trabalho da Grande São Paulo em 1993. *Suplemento do Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego*, 110. São Paulo, SEADE.
- _____. (1994 b) Os bancários da Grande São Paulo: trajetória recente da ocupação. Estudo Especial, *Suplemento do Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego*, 114. São Paulo, SEADE.
- _____. (1995a) *Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego*, 121. São Paulo, SEADE.
- _____. (1995b) *Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo - 1994. Primeiros Resultados*. São Paulo, SEADE.
- _____. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Junho de 1995b. (mimeo).
- TRONCOSO, Eugenia L. (1998), "Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São paulo nos anos 80 e 90". *Seminário Trabalho e Gênero: Mudanças. Permanências e Desafios*. ABEP. UNICAMP. Campinas, abril.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3788-2495 / 3788-2496 / 3289-3901 / 3289-3143

FAX: (019) 3289-4519

Caixa Postal - 6166

E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br